



Comissão de Pregão III

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 270/2023**

**Processo Licitatório nº: 17.408/2023**

**Processo de Recurso nº: 1.730/2024**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 270/2023**

**OBJETO: Aquisição de MACAS, CAMAS e POLTRONAS HOSPITALARES para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro.**

**RECORRENTE: R.C. MÓVEIS LTDA**

**RECORRIDO: PREGOEIRA**

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **R.C. MÓVEIS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 270/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

**II. DOS FATOS**

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 270/2023, processo apenso de Recurso nº 1.730/2024 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 11 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e os respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 010 de 04/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 17.408/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 270/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de MACAS, CAMAS e POLTRONAS HOSPITALARES para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 17:36:48 do dia 12/01/2024 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 270/2023;



Comissão de Pregão III

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

### **III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 04/06) que o material ofertado (cama hospitalar) não atende as especificações técnicas, alegando que a empresa sagrada vencedora, teria feito uma cópia literal das especificações técnicas do termo de referência do edital, não sendo possível a avaliação dos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade do produto ofertado.

### **IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE**

Requer a recorrente:

“o acolhimento e análise das alegações trazidas a lume, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, transparência e justiça, para o fim de:

Desclassificar as empresas SILVANIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA LTDA, COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA, MEDI-SAUDE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA, STOKMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, BHIOMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA, MOVEIS ANDRADE - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA uma vez que a empresa não atende ao solicitado em edital.”

### **V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES**

A empresa recorrida apresentou contrarrazão às (fls. 07/08), combatendo as alegações da recorrente, afirmando que a recorrida cotou em conformidade ao edital.

*“A proposta de preço tem que ser conforme a especificação informada no edital, não há o que falar de cópia do edital com referência a proposta.*



Comissão de Pregão III

*Portanto, se a proposta não estiver conforme solicitada no edital, esta será desclassificada, o edital não faz menção a quantidade de manivelas, a nossa cama possui 03 manivelas e faz todos os movimentos solicitados no edital.*

*Portanto, a cama com manivela cotada pela Recorrida faz os movimentos solicitados.”*

Afirma ainda que:

*“Como pode ser verificado na documentação o nosso atestado de capacidade técnica atende ao objeto ofertado (Móveis e mobiliários hospitalares, odontológicos escritório), foram anexados na documentação, 03 (três) atestado que comprova o objeto solicitado.”*

## **VI. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da*



Comissão de Pregão III

*vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **R.C. MÓVEIS LTDA.**

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões recursais são técnicas, tema que foge ao domínio da Pregoeira, o assunto foi submetido à Secretaria Requisitante para análise e manifestação, a fim de subsidiar a decisão ante ao recurso interposto.

A Secretaria Municipal de Saúde, se manifestou no sentido de que “...*também foi observado que em nenhum momento foi especificado por quantas manivelas este movimento deveria ser garantido, portanto desde que sejam garantidos os movimentos...*”, conforme despacho, em anexo a esta decisão;

## **VII. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA**

Reputando a manifestação da Secretaria Requisitante, parte integrante desta decisão, que esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, resta comprovado que não assisti razão à recorrente, motivo pelo qual deverá ser mantida a decisão anteriormente proferida pela habilitação da empresa COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA no pregão em comento.



Comissão de Pregão III

### VIII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **R.C. MÓVEIS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 270/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo **HABILITADA** a empresa **COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA**, no Pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 270/2023, nos termos, Art. 17, Inc. VII do Decreto Federal 10.024/2019.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 05 de fevereiro de 2024.

**ELIZA SOUZA MACHADO**  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 106.380